



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.595, DE 2015

Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos de transporte coletivo de passageiros objeto de pena de perdimento.

Autora: Deputada ELIZIANE GAMA

Relator: Deputado DAMIÃO FELICIANO

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição de autoria da nobre Deputada Eliziane Gama que visa alterar o Decreto-Lei n.º 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos de transporte coletivo de passageiros objeto de pena de perdimento, de forma a serem doados a prefeituras municipais para utilização obrigatória em transporte escolar.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Educação, à Comissão de Finanças e Tributação (mérito e art. 54), e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54).

O prazo regimental transcorreu sem que fosse apresentada qualquer emenda ao projeto.

É o relatório.



II – VOTO DO RELATOR

Diversos são os problemas enfrentados por pequenos municípios para investir em transporte escolar. Em contrapartida, todos os anos a Receita Federal apreende inúmeros veículos de transporte coletivo e, de acordo com o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, essas mercadorias apreendidas podem ser: a) alienadas, mediante licitação ou doação a entidades sem fins lucrativos; b) incorporadas ao patrimônio de órgãos da administração pública; c) incorporadas a entidades de utilidade pública sem fins lucrativos; e d) destruídas ou inutilizadas.

As mercadorias apreendidas vêm sendo destinadas por meio de leilão a pessoas físicas e jurídicas, incorporadas a órgãos públicos das diferentes esferas da administração, doadas a entidades sem fins lucrativos ou destruídas, por força de normas específicas.

A destinação dos veículos apreendidos para o transporte escolar se revela meritória, pois trará grandes benefícios a milhares de estudantes em todo o país, principalmente aqueles que vivem na área rural e tanto sofrem para ter acesso à educação.

Ademais, não se pode alegar insegurança dos usuários em razão dos veículos não estarem adequados as regras da legislação de trânsito, uma vez que a proposição condiciona o seu uso às adaptações necessárias por parte da prefeitura beneficiada.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.595, de 2015

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DAMIÃO FELICIANO
Relator